

## A VALIDAÇÃO DA EXCLUSÃO DO IMIGRANTE EM ESFERAS REPRESENTATIVAS NA CAMPANHA PELA BREXIT

Beatriz Figliino<sup>1</sup>

### RESUMO:

Este artigo tem como objetivo discutir o pertencimento (*membership*) de imigrantes na sociedade britânica em esferas representativas de poder através da análise do direito ao voto (sufrágio) no Reino Unido, uma das garantias fundamentais do indivíduo na sociedade. Como a imigração, refúgio e a presença de migrantes nas ilhas britânicas foi uma das principais pautas abordadas na campanha pela saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit") no plebiscito de 2016, investiga-se de que forma os setores conservadores da sociedade britânica enxergam a imigração e o refúgio no Reino Unido e como isso se traduz em traços de xenofobia e de exclusão desses indivíduos dentro das fronteiras do Estado-nação britânico, interseccionando tais temas com a identidade nacional britânica.

**Palavras-chave:** Imigração – Brexit – Reino Unido – Representatividade.

### ABSTRACT:

This article aims to discuss membership of migrants in the British society concerning representative spheres of power by analyzing the right to vote (suffrage) in the UK, one of the fundamental guarantees of an individual in the society. Bearing in mind that immigration, refuge and the presence of migrants in the British isles had been one of the main key points in the campaign in favor of UK leaving the European Union ("Brexit") in 2016, this article investigates the point of view of British conservative sectors towards migration and refuge, as well as this view triggers xenophobia and exclusion of these individuals inside the borders of the British nation-state, linking such issues with British national identity.

**Key words:** Immigration – Brexit – United Kingdom – Representativeness.

## INTRODUÇÃO

Durante a campanha para a reeleição do ex Primeiro Ministro (PM) David Cameron em 2015, uma de suas propostas de governo era a de estabelecer uma nova resolução visando um plebiscito no ano de 2017 para que os eleitores britânicos pudessem decidir se o Reino Unido deveria permanecer ou sair da União Europeia (UE), pois setores da sociedade já consideravam que as políticas do bloco restringiam a soberania britânica em determinados aspectos, sobretudo a respeito de sua

---

<sup>1</sup> Formada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Desenvolve pesquisa de mestrado sobre nacionalismo e xenofobia inseridos no contexto da Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia).

representatividade no âmbito da própria organização e do estabelecimento de política de fronteiras.

Cameron foi reeleito em 2015 e, paralelamente à sua reeleição, o aumento do fluxo de refugiados pelo mundo vinha chamando a atenção da comunidade internacional. Para que o Reino Unido pudesse receber uma cota menor de refugiados<sup>2</sup>, o ex PM buscou negociar com Bruxelas (sede da UE) alegando que a questão da entrada de pessoas em condição de refúgio (“refugiados”) no Reino Unido estava relacionada à segurança nacional e à saturação do território britânico no que tange à gestão de recursos para acolhida desses indivíduos, e não como uma questão de solidariedade, como vinha sido tratado pela UE. Por isso, Cameron propôs que o Reino Unido acolhesse em torno de 20 mil refugiados entre 2016 e 2020. No entanto, Bruxelas julgou que a proposta de Cameron era incompatível o atual fluxo de imigração, pois somente em setembro de 2015 a Europa já havia recebido um contingente de 120 mil refugiados, sendo 66 mil deles estavam alocados apenas na Itália e na Grécia<sup>3</sup>.

Frente à negativa de Bruxelas, Cameron, por meio de discurso oficial no dia 20 de fevereiro de 2016, estabeleceu que os eleitores britânicos decidiriam se o Reino Unido deveria permanecer ou sair da UE através de plebiscito que se daria em 23 de junho do mesmo ano, e não mais em 2017 como havia sido proposto em sua candidatura à reeleição. É importante ressaltar que a discussão sobre permanecer ou deixar a UE já vinha sido recorrente na política britânica desde 1973, quando houve um plebiscito no Reino Unido para que eleitores pudessem decidir se eles deveriam permanecer ou deixar a Comunidade Econômica Europeia (bloco regional antecedente à União Europeia). No entanto, a política de controle de fronteiras foi o gatilho para a decisão de estabelecer e de adiantar tal plebiscito.

---

<sup>2</sup> No caso específico do Reino Unido, entre 2015 e 2016 mais de 84.000 imigrantes e refugiados foram detidos tentando entrar irregularmente no território britânico através de pontos estratégicos como o porto de Calais, França. Vide: ROSS, A. Work begins on Calais wall to stop refugees trying to board lorries to UK. **The Guardian**, 20 set. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk-news/2016/sep/20/work-calais-wall-refugees-lorries-uk>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

<sup>3</sup> KINGSLEY, I. T. P. EU governments push through divisive deal to share 120,000 refugees. **The Guardian**, Brussels, 22 set. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/sep/22/eu-governments-divisive-quotas-deal-share-120000-refugees>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

Então, a opinião pública foi dividida entre aqueles que eram a favor da permanência na UE, cuja campanha foi apelidada de *Bremain* (junção das palavras *British*, britânica, e *remain*, permanência) e aqueles que eram a favor da saída do bloco, recebendo o apelido de *Brexit* (junção das palavras *British*, britânica, e *exit*, saída).

Por isso, esse artigo busca explicar a questão da imigração e do refúgio no Reino Unido interseccionando a condição de migrantes (levando em consideração demais fatores, como suas categorias de migração, suas origens e suas qualificações profissionais) nas ilhas britânicas e a visão dos setores conservadores da sociedade britânica a fim de analisar a existência de traços de xenofobia e de exclusão desses indivíduos frente ao Estado-nação britânico no contexto da Brexit. Para esse artigo, é crucial esclarecer a diferença entre determinados termos referentes à imigração. Enquanto imigração se relaciona ao ato de deslocar-se visando residência noutro país ou região que não o de sua origem (ACNUR, 2001-2018a), refúgio é uma categoria de migração referente à impossibilidade de retornar ao país de origem por questões de perseguição (ACNUR, 2001-2018b). À vista disso, demonstra-se a relação entre migrante e Estado-nação no que tange à sua representatividade na instância política decisória.

### **O PARCEIRO INADEQUADO**

Após o fim da segunda guerra mundial, a economia europeia estava devastada devido aos conflitos bélicos ocorridos pelo continente. Na década de 1950, a Europa ocidental instituiu a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) a fim de evitar um novo conflito bélico com tamanhas proporções da segunda guerra mundial, da qual o Reino Unido se manteve distante por não perceber os benefícios que essa união poderia lhes trazer (GLENCROSS, 2016, p. 8), demonstrando que o Estado enxergava que era autossuficiente em relação ao continente europeu. Mais tarde e com o objetivo de aumentar a cooperação entre os países capitalistas europeus, fundou-se a CEE (Comunidade Econômica Europeia) em 1957 para criar um mercado comum baseado na livre circulação de bens, pessoas, serviços, e capitais, não restrito apenas ao aço e ao carvão.

Para entrar na CEE, o Reino Unido assinou o Ato das Comunidades Europeias de 1972 (entrando em vigor em 1973), em que o Parlamento britânico aceitou dar efeitos legais no exercício das leis do bloco europeu, ou seja, os britânicos estavam cientes que a lei da CEE teria primazia à lei britânica (MACKIE, 2017, p. 307), assim como para todos os demais Estados-membros. O interesse do Reino Unido na CEE estava baseado em oportunidades comerciais, visto que os britânicos estavam perdendo suas colônias com os processos de independência pós segunda guerra mundial nos países do chamado “terceiro mundo”. A entrada do Reino Unido na CEE se deu num movimento pragmático, pois os britânicos não se identificam com os demais países europeus devido ao fator geográfico (conjunto de ilhas distante do continente europeu), à sua organização política (parlamentarismo) e a autonomia estatal alcançada devido à hegemonia do império britânico, caracterizando uma posição relacionada a um “excepcionalismo britânico” e que leva o Estado britânico a ser um “parceiro inadequado” [*awkward partner*] no âmbito do bloco europeu (MARCUSSEN; RISSE, 1999, p. 628).

Por isso, em 1975 – dois anos após a entrada do Reino Unido na CEE – o governo britânico organizou o primeiro plebiscito nacional para que os eleitores decidissem se o Reino Unido deveria permanecer ou deixar a CEE, sendo que a escolha foi permanecer: 62,7% votou para ficar (*remain*), enquanto 32,8% votou pela saída (*leave*) (BALE, 2015). Apesar disso, o assunto de ser membro do bloco europeu retornava com frequência nas discussões governamentais e na opinião pública. Após o plebiscito de 1975 ter ocorrido, atizou-se uma desconfiança de que a comunidade almejava mais que integração econômica e que poderia estar caminhando para se tornar um “superestado”, podendo restringir a soberania dos Estados-membros. Nesse sentido, o posicionamento eurocético – ou seja, de descrença quanto ao sucesso de integração dos países europeus através da CEE e, mais tarde, da UE – também revelou que havia um senso de “superioridade” por parte dos britânicos em relação à cooperação do bloco europeu (GLENCROSS, 2016, p. 8), que a partir dos anos 1990 avançaria nos projetos de cooperação ao fundar UE. A não identificação do Reino Unido para com o bloco europeu se pode ser percebida através de sua opção por não adotar os símbolos construídos pelas elites europeias, como fronteiras em

comum (espaço Schengen) e moeda (zona do euro), cuja construção é uma ferramenta para codificar e traduzir essa identificação entre os europeus e que os britânicos enxergam como cessão de soberania no que tange ao controle de fronteiras e nem a respeito de suas finanças nacionais.

Com a expansão da UE em 2004, 10 novos membros aderiram à UE, sendo eles: Chipre, República Tcheca, Estônia, Letônia, Lituânia, Hungria, Malta, Polônia, Eslovênia e Eslováquia, com posterior adesão da Bulgária e da Romênia em 2007. A entrada de novos membros no bloco europeu facilitou a migração de indivíduos da Europa Oriental para países da Europa Ocidental, incluindo o Reino Unido. Porém em 2008, a crise do euro balançou as bases do projeto europeu e aumentou os simpatizantes do euroceticismo<sup>4</sup> no Reino Unido. Apesar de as ilhas britânicas não fazerem parte da zona do euro e adotarem a libra esterlina como moeda nacional, a crise de 2008 os afetou, pois grande parte de seu comércio está ligado à UE devido aos acordos econômicos e de cooperação. Os britânicos rapidamente se recuperaram dos efeitos da crise, porém colocaram em cheque a credibilidade da administração do bloco europeu, pois Alemanha e França, os países mais fortes economicamente, tiveram de administrar as deficiências de países cujas economias se apresentavam mais vulneráveis, os PIGS (acrônimo das palavras em inglês para os países Portugal, Itália, Grécia e Espanha).

A discussão relacionada à participação como membro da UE não é uma pauta recente na política britânica, no entanto, foi inflamada pelo aumento do fluxo de entrada de migrantes no Reino Unido, relacionado tanto ao refúgio quanto à origem muçulmana desses imigrantes, frequentemente associada à insegurança quanto aos postos de trabalho, à identidade nacional e à integridade física.

### **MANUTENÇÃO DA EXCLUSÃO DE MIGRANTES NA ESFERA DE PODER POLÍTICO**

Com o fim do conflito ideológico entre URSS e EUA, acompanhado pela queda do muro de Berlim em 1989, pela dissolução da URSS em 1991 e pelo consequente surgimento de novos Estados no leste europeu, a comunidade internacional vem

---

<sup>4</sup> É importante ressaltar que o euroceticismo (descrença com a UE) não é um fenômeno que ocorre apenas no Reino Unido.

percebendo que outros “muros” devem ser derrubados, dentre eles, o da imigração e o da xenofobia para que se abra espaço ao transnacionalismo<sup>5</sup> e para que seja possível envolver discussões relacionadas à representatividade e à democracia. Em relação à imigração atual para a Europa, os países que mais receberam migrantes em situação de refúgio que deram entrada à solicitação de asilo em 2017 foram: Alemanha (198,3 mil), Itália (126,5 mil), França (93 mil), Grécia (57 mil) e Reino Unido (33,5 mil)<sup>6</sup>. Imigrantes em situação de refúgio buscam esses países não apenas pelas condições de vida que os habitantes desses territórios desfrutam devido ao desenvolvimento econômico, mas também por conta de políticas públicas de solidariedade e reassentamento (como na Alemanha), proximidade geográfica (Itália, Grécia e Turquia) e pelo idioma local (França e Reino Unido).

De acordo com Benhabib (2004), democracia e Estado-nação vêm caminhando juntos desde o século XVII com os acordos da “paz de Vestefália”, sendo que o Estado-nação passa a ter os desafios de: manter a dominação territorial, estabelecer o controle administrativo, consolidar a identidade coletiva e obter sucesso na legitimidade política através do aumento da participação democrática (p.3). Considerando o entrelaçamento entre tais desafios e a intensificação dos fluxos de capitais e de pessoas por conta da dinâmica e da interdependência entre as sociedades, as fronteiras nacionais estão ficando cada vez mais porosas, sendo que o poder de controle destas se mantém centralizado através de políticas de imigração estabelecidas quase exclusivamente pelos Estados-nação. Apesar de organizações internacionais, como a UE e o Mercosul, terem papéis importantes no estabelecimento de políticas de migração entre os Estados membros, os Estados não submetem suas soberanias a políticas que vão contra seus interesses nacionais por questões de poder. As decisões são tomadas pelos Estados-nação. Por isso, migrantes vêm sendo cada vez mais associados à imagem de estrangeiros (“estranhos”) e de ameaça, principalmente pelos setores mais conservadores das sociedades.

---

<sup>5</sup> Transnacionalismo é o fenômeno relacionado “aos múltiplos laços e pontos de interações entre instituições ou pessoas através das fronteiras estado-nacionais” (VERTOVEC, 1999).

<sup>6</sup> ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Global Trends: Force displacement in 2017. Suíça, 2018. Disponível em: <[http://www.unhcr.org/5b27be547#\\_ga=2.172170154.869721559.1540560726-2095429475.1534728372](http://www.unhcr.org/5b27be547#_ga=2.172170154.869721559.1540560726-2095429475.1534728372)>. Acesso em: 30 mar. 2019. p. 6

Ao se estabelecer num novo território, o migrante tem seus direitos e garantias estabelecidos a partir do tipo de autorização de residência (vinculada ao visto) que possuir. Toda autorização de residência está necessariamente vinculada a um fato gerador, podendo ser, por exemplo: trabalho (remunerado ou não), como trabalho voluntário, programas de *trainee* e de estágio, contratação por empresa nacional, missão religiosa, prestação de serviços técnicos, entre outros; reunião familiar, ou seja, em casos em que há filhos, companheiro ou cônjuge cuja nacionalidade pertence a Estado-nação diferente; refúgio e asilo, os quais os indivíduos migram por questões de perseguição; entre outros tipos de vistos. Independentemente do tipo de visto, a grande questão no que tange ao gozo de direitos e ao exercício da liberdade democrática na esfera pública é que o migrante não tem a mesma autonomia que um cidadão ou que um nacional possuem, ainda que o modelo de Estado-nação esteja passando por instabilidades devido ao processos de “hibridismo” (BENHABIB, 2004, p. 3), ou seja, de mistura de elementos de diversas culturas, entrando em conflito com o conceito de nação.

Nação pressupõe uma comunidade cujos valores e passado históricos são comuns, o que muitas vezes possa passar a ideia de “pureza cultural”. Contudo, com a intensificação dos fluxos de pessoas e de capitais, o hibridismo passa a ganhar maior espaço nas relações sociais e interestatais devido às trocas culturais constantes realizadas através dos meios tecnológicos e da migração e da miscigenação. À vista disso, os territórios pelos quais indivíduos atravessam vêm se alterando com o passar do tempo, porém as normas e os procedimentos relacionados aos direitos humanos não acompanham tais tendências e não se atualizam, contribuindo para a manutenção do status dos migrantes (seja migrante trabalhador, em condição de refúgio ou de requerente de asilo) como “alheios à sociedade” ou como “os outros”.

Apesar de a Declaração Universal dos Direitos Humanos garantir a liberdade de movimento e a escolha de residência, bem como o direito de deixar seu país de origem e de retornar (Declaração Universal de Direitos Humanos, 1948, p. 3-4), os Estados nacionais vêm tomando posicionamentos em que suas soberanias nacionais se sobrepõem às normas institucionais estabelecidas por meio de tais pactos, tratados, acordos e declarações internacionais, como no caso das garantias



individuais referentes à migração. Nesse sentido, existem lacunas que diferenciam nacionais e cidadãos<sup>7</sup> de imigrantes residentes, indivíduos em situação de refúgio e imigrantes aguardando suas solicitações de asilo, sendo que tais diferenciações estão relacionadas ao conceito de pertencimento à comunidade política [*membership*].

Uma das maiores expressões de tal pertencimento é possuir a cidadania: o modelo clássico de cidadania garante o privilégio do direito de participação democrática e de representação política – principalmente através do sufrágio –, pois a lógica de representação “força a delineação ou demarcação de unidades de representação umas das outras” (BENHABIB, 2007, p. 448). É a partir do voto que indivíduos podem escolher aqueles que os representarão na esfera política para defender seus interesses e definir seus futuros, pois a representação é uma das ferramentas que indivíduos têm para participarem indiretamente da formação de leis e de normas que preservam suas garantias individuais e, assim, suas vidas.

Apesar de a Declaração Universal de Direitos Humanos garantir o direito de migrar, este documento não menciona o direito à participação política do migrante. Em seu Artigo 21º, a Declaração estabelece o direito ao voto para o *povo* e dentro de *seu país*, no entanto, não houve atualizações até o momento a fim de se adaptar à atual conjuntura de fluxos de pessoas ultrapassando fronteiras porosas e estabelecendo suas vidas em outros territórios. Ainda no Artigo 22º, a Declaração garante que

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país. (Declaração Universal de Direitos Humanos, 1948, p. 5)

Por isso, a Declaração se mantém atrelada aos ideais do Estado-nação e da soberania nacional (em conflito com a hospitalidade) e, principalmente, à ideia de que esse direito se dirige apenas a aqueles que pertencem à comunidade, contribuindo,

---

<sup>7</sup> Existem diversos debates quanto à definição de nacionalidade e de cidadania. Para esse trabalho, considerar-se-á “nacional” todo aquele que nasceu em determinado território e que tem vínculo jurídico de direito interno naquele território, ao passo que “o cidadão é o indivíduo que tem direitos de membro a residir dentro de um território, que está sujeito à jurisdição administrativa do estado, e que também é, idealmente, um membro do soberano democrático em nome de quem as leis são emitidas e a administração é exercida.” (Benhabib, 2002, p. 454)



assim, para a manutenção da exclusão de migrantes através do aparato legal e jurídico.

De acordo com um estudo realizado por Ford (2009), já apontava-se que no Reino Unido os migrantes e os filhos de migrantes são mais propensos a aceitar a abertura de fronteiras, ao mesmo tempo em que pessoas que são parte de grupos sub-representados nas esferas de poder<sup>8</sup> e/ou que passaram por situações de discriminação estão menos propensos a discriminar grupos de imigrantes com base em suas origens étnicas. Seguindo essa lógica, então, o sufrágio não é garantido a imigrantes exatamente para que a parcela da população a favor da imigração aumente ao ser somada com os votos de imigrantes, preservando a exclusão daqueles que não compartilham da mesma identidade do “povo local”, pois considera-se que tal poder de decisão de um país que “não pertence a eles”. A manutenção da exclusão de imigrantes se dá, ainda, em situações em que estes não são representados ou que não são atores em processos de constituições de normas jurídicas, não trazendo diversidade nem inclusão nos preceitos que regulam o funcionamento da sociedade. Sendo assim, citam-se os critérios estabelecidos pelo Parlamento Britânico para que indivíduos sejam elegíveis a votar em eleições gerais no Reino Unido, sendo necessário estar registrado para votar e:

ter 18 anos ou mais no dia da votação; ser britânico, irlandês ou um cidadão qualificado da *Commonwealth* [ou seja, de países colonizados pelo Reino Unido]; ter residência num endereço do Reino Unido (ou ser um cidadão do Reino Unido morando fora do país e que tenha se registrado para votar no Reino Unido nos últimos 15 anos); não ser legalmente excluído de votar. (UK Parliament, The Electoral Commission, 2019)

As lacunas de exclusão, no entanto, são ainda maiores entre indivíduos que migram a trabalho ou por razões de reunião familiar e aqueles que foram forçados a se deslocar para buscar refúgio e asilo. Ao buscar solidariedade em outro território, o refugiado deve se regularizar junto às autoridades locais de imigração, quando seu status passa de refugiado para “requerente de asilo”. Após isso, ele deve aguardar que sua solicitação seja aprovada para, então, ter o status de asilado. Enquanto suas solicitações são analisadas pelas autoridades locais, esses indivíduos geralmente não

---

<sup>8</sup> Apesar de, muitas vezes, os grupos marginalizados poderem ser “maiorias” (em quantidade), tais grupos são frequentemente referidos como “minorias”, mas neste artigo utilizar-se-á o termo “grupos sub-representados nas esferas de poder”.

podem requerer documentos pessoais (como carteira de identidade, carteira de motorista e carteira de trabalho) e em muitos países não podem ser contratados por empresas nem ter domicílios próprios, reforçando a situação de trabalhos clandestinos e sua precarização de vida, assim como se contribuindo para a manutenção de uma forma de exclusão violenta ao restringir suas liberdades individuais. A migração em massa não é interessante na visão dos Estados-nação no que tange à garantia das identidades nacionais (geralmente consideradas “imutáveis” pelos setores mais conservadores da sociedade) e à manutenção da cidadania, pois considera-se que a migração a “desvaloriza”, já que torna “os laços políticos cada vez mais finos, até que a política seja transformada em uma comunidade de estranhos” (Benhabib, 2007, p. 448).

Tanto a cidadania quanto o pertencimento [*membership*] são mecanismos que incluem aqueles que compartilham de uma mesma identidade ao mesmo tempo que excluem aqueles que são alheios a ela, considerados como “outros”. Nesse sentido, Benhabib (2007, p. 452-454) argumenta que o acolhimento de migrantes numa comunidade está baseado em critérios atributivos e não atributivos [*ascriptive and non-ascriptive criteria*].

Assim, pode-se “passar” como membro de outro grupo étnico; pode-se “converter” para outra religião; e pode-se aprender a “falar a língua do outro”. No entanto, evitar que um imigrante se torne membro de um país anfitrião com base nas características atribuídas é desrespeitar sua agência moral de duas maneiras: em primeiro lugar, culpando-os por o que eles não podem evitar de ser e, segundo, por rejeitá-los pelo tipo de ser que são em virtude de sua etnia, religião e grupo linguístico. Isso é discriminação e isso contradiz o respeito moral universal que devemos a cada ser humano. A distinção entre características descritivas e não-descritivas é justificada à luz de dois princípios morais: o primeiro é o princípio de atribuir a culpa moral e o mérito aos seres humanos em razão do exercício de seu livre arbítrio; o segundo é respeitar o princípio da não discriminação (BENHABIB, 2013, p. 148).

No que tange à concessão de cidadania, ressalta-se que muitos cidadãos têm origem migrante e muitos nacionais nasceram em outros países. Há também os casos de pessoas que possuem dupla cidadania por conta de suas ancestralidades, porém que não se identificam parte de ambas comunidades pelo fato de não compartilharem dos mesmos valores e do passado histórico, assim como por não falam o mesmo idioma que seus antepassados, por exemplo.

Existe uma premissa nos estudos de migração afirmando que os nacionais contra a imigração não conhecem as diferentes classificações de categorias migratórias, como imigrantes residentes, refugiados, asilados e cidadãos não nacionais. No entanto, o estudo de Ford (2009) afirma e comprova que os britânicos distinguem os diferentes grupos de migrantes com base em categorias raciais, assim como os legisladores britânicos construíram os critérios que dão direito ao voto a determinados tipos de migrantes no Reino Unido, com base numa hierarquia étnica das relações sociais na sociedade britânica.

Durante a década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, as economias europeias estavam devastadas e a concentração de mão de obra (os homens jovens e hábeis para a força de trabalho) havia ido lutar na guerra. Por isso, iniciou-se um processo de importação de trabalho para o Reino Unido, incluindo trabalhadores de diversas regiões, como: Irlanda, Europa Mediterrânea, Índias Ocidentais, Austrália, sul da Ásia e, mais tarde, da Europa Oriental. Em 1973 o Reino Unido entrou na CEE (que vinte anos mais tarde se tornaria a UE) e uma das consequências da adesão ao bloco era que o governo britânico teria de “conceder direitos de migração irrestrita aos cidadãos de outros membros da CEE, mesmo quando esses mesmos direitos estavam sendo retirados dos cidadãos negros e asiáticos das antigas colônias britânicas” (Ford, 2009, p. 9).

Apesar de tais concessões, os imigrantes que têm direitos políticos mais amplos no Reino Unido são os que provém da Irlanda, principalmente por conta das conexões históricas, geográficas e raciais. Os imigrantes brancos geraram alguma resistência por parte da sociedade britânica, porém os considerados “não brancos” são os mais marginalizados das esferas de poder. Há menos restrições políticas a imigrantes brancos que em relação aos “não brancos” pelo fato de os nativos britânicos sentirem mais proximidade a aqueles do que a esses, baseando-se na raça.

Destarte, há uma diferenciação étnica com relação aos imigrantes no Reino Unido com relação ao direito ao voto: os imigrantes provenientes de países colonizados pelo Reino Unido, cuja população é branca e fala inglês, gozam de mais benefícios e de mais aceitação por parte dos nativos britânicos por se aproximarem

ao grupo dominante da sociedade, o que lhes garante o direito à participação política através do voto.

### **A IDENTIDADE BRITÂNICA FRENTE À CONCESSÃO DE DIREITOS A IMIGRANTES**

Os setores conservadores da sociedade britânica apresentam tendências a compartilhar valores baseados numa identificação do Reino Unido como um Estado que tem potencial para resgatar sua condição hegemônica semelhante à da época em que era um império (nos séculos XVIII e XIX). O império britânico se caracterizava por poder econômico adquirido pela manutenção e exploração de colônias, cujas relações eram baseadas em racismo num contexto de florescimento de nacionalismos pela Europa.

Para reerguer esse potencial de poder nas épocas atuais, os setores conservadores da sociedade buscam retornar a essa época “grandiosa” através de movimentos conservadores que resgatam símbolos e mitos nacionais que enaltecem o poder britânico. Por isso, consideram que a UE é seu maior obstáculo para resgatar sua soberania imperial: as políticas migratórias do bloco europeu permitem e incentivam tanto a recepção de pessoas em condição de refúgio, provenientes de países muçulmanos em sua maioria, como de trabalhadores dos países do leste europeu, frequentemente associados aos argumentos de que estes “roubarão as vagas de empregos destinadas aos britânicos”.

Em sua gênese, o conservadorismo se definiu como uma filosofia que defende as instituições tradicionais de uma sociedade, sendo contrária aos avanços da modernidade no contexto da Revolução Francesa. Atualmente o conservadorismo se entende como “uma tendência ao crescimento da intolerância e da agenda de ataques aos direitos civis, políticos e sociais” (SOUZA, 2016, p. 210), ou seja, opõe-se às atuais transformações, relacionadas ao aumento da imigração, da miscigenação e das políticas multiculturais, ao mesmo tempo que enaltece os símbolos nacionais remonta aos mitos gloriosos das nações e defende o fechamento de fronteiras e a segregação de indivíduos considerados “estranhos”.

No Reino Unido, os setores conservadores da sociedade se caracterizam por estarem alinhados à ideologia denominada de “nacionalismo imperial” (FLEMMEN;

SAVAGE, 2017, p. 249), em que nacionais britânicos defendem o retorno da soberania de seu Estado a ponto de retornarem à hegemonia comparada a do império britânico e apresentam uma necessidade de defender a “grandeza” do Reino Unido perante às ameaças externas, como a UE e os migrantes. Essa parcela da população se caracteriza por: terem tido acesso à educação de qualidade, fazerem parte de elites, terem morado ou trabalhado fora do Reino Unido e, frequentemente, têm cargos de gerência em suas carreiras e/ou apresentam linearidade no sucesso em suas carreiras (FLEMMEN; SAVAGE, 2017, p. 249-250). A perspectiva deles em geral responsabiliza a presença de imigrantes no território britânico para o agravamento da crise social no Reino Unido, utilizando-se de repertório reacionário e nostálgico. A mentalidade de um grupo é uma das partes do conjunto complexo que compõe a identidade, sendo que ambas se transformam constantemente, porém de maneira gradual e lenta de acordo com o percurso do tempo e com as experiências históricas que cada sociedade vivencia. Apesar de o Reino Unido não possuir mais colônias desde o fim da segunda guerra mundial (1945), a mentalidade de império colonizar permanece, incitando comportamentos racistas, xenófobos e conservadores e acarretando em políticas que enrijecem o controle de fronteiras do território nacional.

É importante destacar, no entanto, que mesmo o controle de fronteiras ter tido papel importante nas discussões a respeito da permanência ou da saída do Reino Unido na UE, esse não foi o único fator determinante para a escolha do voto pela saída. A própria campanha para a reeleição de Cameron em 2015 já apontava que setores mais conservadores da sociedade britânica tinham como pauta deixar a UE por questões de soberania nacional.

Por isso, os setores conservadores da sociedade britânica enxergam os imigrantes (classificados e tratados como estrangeiros e/ou estranhos) como uma ameaça à manutenção da identidade nacional e também como um entrave para o resgate da hegemonia britânica: sem a “pureza britânica” da época do império, quando os fluxos de imigração para a Europa eram escassos e miscigenação era rara, não será possível retomar a soberania imperial com uma identidade nacional em ameaça de extinção por conta do “domínio estrangeiro”. Nesse sentido, o sufrágio é negado a determinados tipos de imigrantes e às pessoas em situação de refúgio justamente por

se tratar de uma das ferramentas que garante a representatividade do indivíduo na sociedade. Enxerga-se, portanto, que garantir o direito ao voto a um indivíduo “alheio à sociedade”, é renunciar os interesses britânicos, incluindo o alcance de uma soberania equiparada a de um império que o Reino Unido já havia sido no passado.

Negar, portanto, o direito ao voto se torna um mecanismo de exclusão, porém de manutenção da identidade britânica, ameaçada pelos imigrantes e por pessoas em situação de refúgio. Esse é um mecanismo válido através das legislações de um conjunto de aparatos jurídicos da Declaração Universal de Direitos Humanos e do Parlamento britânico: há validade por parte daquele porque se trata de um documento que afirma o direito de migrar, porém não defende outros tipos de garantias aos migrantes; ao mesmo tempo, há validade deste porque desde 2010 o cargo de Primeiro Ministro do Parlamento é ocupado por representantes do Partido Conservador do Reino Unido<sup>9</sup>, cujas pautas relacionadas à imigração se baseiam em enrijecer o controle das fronteiras nacionais a fim de colocar os interesses nacionais britânicos em primeiro lugar: “Nosso plano para controlar a imigração colocará você, sua família e o povo britânico em primeiro lugar. Reduziremos o número de pessoas que chegam ao nosso país com novas condições de bem-estar e reforço vigoroso.” (The Conservative Party Manifesto, 2015, p. 29).

Nesse sentido, deixar a UE significa não apenas a aprovação e pautas políticas conservadoras, mas também a reprovação da construção de uma sociedade plural baseada na imigração e no acolhimento de pessoas em situações vulneráveis, como o refúgio, para que o Reino Unido seja o único que possa decidir sobre o seu destino e possa resgatar seu *status* grandioso equivalente ao de um império tal como um dia havia sido, mantendo sua identidade britânica “pura” constante e sólida, como os setores conservadores vislumbram. No entanto, essa decisão associada ao fechamento das fronteiras físicas e sociais se traduz em práticas racistas, xenófobas e retrógradas na construção de uma comunidade justa em que todos os membros, nacionais ou não, tenham condições de participação equivalentes.

---

<sup>9</sup> David Cameron foi eleito Primeiro Ministro em 2010 e permaneceu no cargo até sua renúncia em 2016 após o resultado do plebiscito. A partir de então, Theresa May assumiu o cargo e permanece nele até os dias atuais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de haver aparato jurídico internacional que garante a liberdade de movimento, como é o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é importante notar o mesmo não passou por processos de atualização no que tange à representatividade do imigrante, da mesma forma que o Reino Unido não garante esse direito a determinados migrantes residindo em seu território nacional. A imigração em massa é uma pauta no Reino Unido desde o fim da Segunda Guerra Mundial, mas as tensões foram aumentando a partir do momento em que migrantes foram, de maneira xenófoba e racista, classificados perante a lei de acordo com suas características atributivas e não-atributivas a partir de seu nível de distanciamento com os britânicos, o “grupo dominante” da sociedade, desencadeando em reações xenofóbicas e de exclusão.

Estudos do Observatório de Imigração concluem que a imigração era uma grande questão antes do plebiscito da Brexit, mas que perdeu sua relevância após o resultado do plebiscito (RICHARDS, 2018, p. 12), demonstrando que havia um sentimento de que deixar a UE poderia resolver grande parte dos problemas referentes à crise social que o Reino Unido vem enfrentando. No entanto, essa confiança tem apresentado oscilações e esvaecimento à medida que a atual PM Theresa May apresenta novos acordos ao Parlamento para institucionalizar a saída do Reino Unido do bloco europeu, bem como à medida em que a população está percebendo que o Reino Unido perderá muitos dos benefícios que possuía por fazer parte da UE (acordos de facilitação comercial e flexibilizações referentes a vistos e residências em outros países membros da UE).

Fomentar a diversidade na esfera política é uma das soluções adequadas que o Reino Unido pode adotar para que haja maior representatividade de imigrantes na democracia britânica, quebrando uma das formas de manter a falta de representatividade de imigrantes na sociedade britânica (que desencadeia em não pertencimento e exclusão destes). Políticas e normas legislativas são justas quando dá-se voz a diversos setores da sociedade, estimulando a criação de espaços democráticos e representativos. Nesse sentido, as políticas migratórias do Reino Unido focam na segurança nacional, enxergando imigrantes como fator de



agravamento da crise social e, por isso, visam a contenção da entrada de imigrantes em seu território nacional, com validação do sistema político britânico, mantendo um ciclo de formulação de políticas em que migrantes não têm poder para decidir seus lugares de pertencimento na sociedade.

Uma das principais pautas que motivaram o Reino Unido deixar a UE foi justamente para evitar que Bruxelas “ditasse” as políticas de fronteiras que os britânicos adotariam diante do aumento do fluxo de entrada de pessoas em condição de refúgio em países do bloco. Deixar a UE significa não só negar tais políticas de acolhimento, mas também renunciar a construção de uma sociedade britânica plural e de uma democracia inclusiva. Apesar de a identidade britânica ainda se apresentar um entrave no processo de diversidade na representação política, os estudos do Observatório de Imigração demonstram que, ao longo dos anos, os britânicos têm se flexibilizado com relação à questão de imigrantes no território nacional (RICHARDS, 2018, p. 4). Por isso, é necessário que as fronteiras físicas e simbólicas sejam abrandadas para que a democracia britânica alcance um nível de funcionamento em que todos os habitantes se pertençam de fato à sociedade no que tange à representação política.

Essa é uma pauta que deverá entrar na agenda de negociações entre Londres e Bruxelas, referentes à operacionalização da saída do bloco. O Reino Unido está passando por um momento em que suas políticas são conduzidas por pautas conservadoras desde 2010, quando Cameron foi eleito após dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores (*UK Labour Party*), de centro-esquerda. Esse conservadorismo no Reino Unido se traduz no estabelecimento de pautas políticas xenófobas e racistas relevadas pelo desejo de resgate de poder hegemônico que os setores conservadores britânicos têm buscado através da decisão de deixar a UE. Esse desejo por resgate, portanto, valida essa forma de exclusão de imigrantes na esfera política de representação, ilustrada a partir da negação do sufrágio e desencadeando na contrariedade do avanço da democracia ao optar pela exclusão de “não nacionais” nos processos decisórios da sociedade.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Global Trends: Force displacement in 2017. Suíça, 2018. Disponível em: <[http://www.unhcr.org/5b27be547#\\_ga=2.172170154.869721559.1540560726-2095429475.1534728372](http://www.unhcr.org/5b27be547#_ga=2.172170154.869721559.1540560726-2095429475.1534728372)>. Acesso em: 30 mar. 2019. p. 6

BALE, T. Who's going to win Britain's Brexit referendum?, Londres, **Economic and Social Research Council**, 2015. Disponível em: <<https://ukandeu.ac.uk/explainers/whos-going-to-win-britains-brexit-referendum/>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BENHABIB, S. Democratic Exclusions and Democratic Iterations: Dilemmas of 'Just Membership' and Prospects of Cosmopolitan Federalism. **European Journal of Political Theory**, v. 6, n. 4, p. 445-462, 2007.

\_\_\_\_\_. **Dignity in adversity: Human rights in troubled times**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2013.

\_\_\_\_\_. Transformations of citizenship: The case of contemporary Europe. **Government and Opposition**, v. 37, n. 4, p. 439-465, 2002.

\_\_\_\_\_. The Rights of Others: Aliens, Residents and Citizens. **Conference on "Migrants, Nations and Citizenship"**, Cambridge, 2004.

Declaração Universal de Direitos Humanos. **ONU**. Paris 1948. Disponível em: <[https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2019.

FLEMMEN, M.; SAVAGE, M. The politics of nationalism and white racism in the UK. **The British Journal of Sociology**, v. 68, n. S1, p. 233-264, 2017. Disponível em: < <http://eprints.lse.ac.uk/87229/> >. Acesso em: 29 mar. 2019.

FORD, R. Acceptable and Unacceptable Migrants: How opposition to immigration is affected by migrants' region of origin. Manchester, **University of Manchester**, 2009, p.1-34. 2009

GLENCROSS, A. **Why the UK voted for Brexit: David Cameron's great miscalculation**. Londres: Springer, 2016.

KINGSLEY, I. T. P. EU governments push through divisive deal to share 120,000 refugees. **The Guardian**, Brussels, 22 set. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/sep/22/eu-governments-divisive-quotas-deal-share-120000-refugees>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MACKIE, S. Brexit and the Trouble with an Uncodified Constitution: R (Miller) v. Secretary of State for Exiting the European Union. **Vermont Law Review**, v. 42, p. 297, 2017.

MARCUSSEN, Martin; RISSE, Thomas; ENGELMAN-MARTIN, Daniela; KNOP, Hans-Joachim; FOSTER, Klaus. Constructing Europe? The evolution of French, British and German Nation-State identities. **Journal of European Public Policy**, v. 6, n. 4, p. 614-633.

PERGUNTAS e respostas. **ACNUR**. [S.l.], [2001-2018a]. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em 03 nov. 2018.

RICHARDS, L. UK Public Opinion toward Immigration: Overall Attitudes and Level of Concern. **The migration observatory at the University of Oxford**, p.1-16. 2018. Disponível em: < <https://migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/briefings/uk-public-opinion-toward-immigration-overall-attitudes-and-level-of-concern/>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

RILEY, A.; GHILÈS, F. Brexit: Causes and consequences. Barcelona Center for International Affairs, v. 159, p. 1-4, 2016.

ROSS, A. Work begins on Calais wall to stop refugees trying to board lorries to UK. **The Guardian**, 20 set. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk-news/2016/sep/20/work-calais-wall-refugees-lorries-uk>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

SOLICITANTES de asilo. [S.l.], **ACNUR**, [2001-2018b]. Disponível em: <<http://www.acnur.org/solicitantes-de-asilo.html>>. Acesso em: 17 set. 2018.

The Conservative Party Manifesto 2015. Reino Unido: Conservatives. Disponível em: <<https://www.conservatives.com/manifesto2015>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

VERTOVEC, S. Conceiving and Researching Transnationalism. Oxford, **Ethnic and Racial Studies**, v. 22, 1999.

SOUZA, J. M. A. D. Tendências ideológicas do conservadorismo. Recife, p. 114-133; 151-159; 207-214. 2016. (Tese de doutorado)

UK Parliament, The Electoral Commission. 2019. Disponível em: <<https://www.yourvotematters.co.uk/how-am-i-represented/uk-parliament>>. Acesso em: 30 jan. 2019.